



Eixo Temático

6. História das Instituições Escolares no Campo

Título

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MANOEL GREGÓRIO ROSA FILHO: RELATOS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ABACATAL

Autora

Bianca Ferreira de Oliveira¹

Instituição

Universidade Federal do Pará

E-mail

oliveira_biancaferreira@hotmail.com

Palavras-chave

Educação Quilombola; Abacatal; História da Educação e Educação do Campo.

Resumo

O presente artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: “O currículo em ambiente quilombola: um estudo de caso a partir da escola situada na comunidade do Abacatal em Ananindeua – Pará”, e apresenta a discussão construída no capítulo de descrição do campo de pesquisa. Seu objetivo é descrever historicamente a Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Gregório Rosa Filho, situada na Comunidade Quilombola do Abacatal, no Município de Ananindeua – PA. Para alcançar este objetivo, foram utilizadas como técnicas de coleta de dados a história oral e a observação participante. O trabalho inicia com informações gerais a respeito do Município de Ananindeua, seguido da visão obtida com as visitas a campo à Comunidade Quilombola de Abacatal, comparadas com a análise de documentos oficiais obtidos em diários oficiais (municipal e estadual) e com bibliografia do tema, finaliza-se com a história e descrição da escola, a partir dos relatos dos sujeitos. Com o

¹ Licenciada Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará. Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação/Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Profa. Dra. Maria José Aviz do Rosário. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR-Secção PA.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



estudo, pode-se perceber o conflito cultural existente na comunidade e na escola, onde as práticas culturais consideradas “tradicionalistas” e as “modernas” são apresentadas contraditoriamente nas falas dos sujeitos acerca da história da escola e da comunidade.

Texto Completo

Considerações Iniciais

Este artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: “O currículo em ambiente quilombola: um estudo de caso a partir da escola situada na comunidade do Abacatal em Ananindeua – Pará”², e apresenta a discussão construída no capítulo de descrição do campo de pesquisa. Seu objetivo é descrever historicamente a Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Gregório Rosa Filho³, situada na Comunidade Quilombola do Abacatal, no Município de Ananindeua – PA.

Inicia-se com informações gerais a respeito do Município de Ananindeua, em seguida, a visão obtida com as visitas a campo à Comunidade Quilombola de Abacatal, comparadas com a análise de documentos oficiais obtidos em diários oficiais (municipal e estadual), finaliza-se com o histórico e caracterização da EMEF Manoel Gregório Rosa Filho⁴ a partir das narrativas orais transmitidas pelas funcionárias da escola.

Para alcançar este objetivo, foram utilizadas, de forma associada, como técnicas de coleta de dados a história oral (LOURO, 1990) e a observação participante (VALLADARES, 2007). Os dados⁵ aqui apresentados, em sua maioria, foram fruto da memória coletiva e individual dos sujeitos estudados, em alguns momentos foram relatados com considerável carga de emoção e/ou criticidade, logo, busquei perceber o que foi dito oralmente e o que foi falado com as expressões faciais, com olhos

² Trabalho desenvolvido no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, na Universidade do Estado do Pará (UEPA), sob a orientação do Prof. Dr. Tony Leão da Costa, e aprovado pela banca examinadora composta pelos professores Msc. Felipe Tavares de Moraes e Msc. Fernando Octavio Barbosa de Almeida.

³ Doravante EMEF Manoel Gregório Rosa Filho.

⁴ Sobre a construção curricular da EMEF Manoel Gregório Rosa Filho, ver: OLIVEIRA, Bianca Ferreira de. **Educação Escolar Quilombola: Um olhar sobre a construção curricular.** In: XI Colóquio sobre Questões Curriculares, VII Colóquio Luso-Brasileiro e I Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares, 2014, Braga, Portugal. Currículo na contemporaneidade: internacionalização e contextos locais: atas. Braga, Portugal: Universidade do Minho. Instituto de Educação. Centro de Investigação em Educação (CIE), 2014.

⁵ É importante informar que os dados apresentados neste trabalho foram coletados no período do segundo semestre do ano de 2013, momento em que o Trabalho de Conclusão de Curso foi construído. Desta forma, é possível que algumas informações/características do objeto de estudo (a EMEF Manoel Gregório Rosa Filho) tenham sofrido pequenas alterações.



marejados, com alteração no tom de voz, dentre outros aspectos que enriqueceram esta investigação. Também foram levadas em consideração as situações observadas durante os momentos de interação com os sujeitos nas aulas, intervalos, horários de almoço, reuniões, dentre outros.

O Município de Ananindeua

De acordo com dados do Diário Oficial de Ananindeua, de 30 de janeiro de 2013, o Município de Ananindeua tem sua fundação relacionada historicamente a uma estação da Estrada de Ferro Bragança, no século XIX. No que diz respeito à origem do nome, o documento aponta para a existência de um lago chamado Ananindeua, em cujas margens predominava na vegetação as árvores conhecidas como *Ananin* (ANANINDEUA, 2013). Almeida (2010) apresenta três versões para o significado do termo *deua*, que ao ser acrescentado a *Ananin*, formam o nome do município. Segundo o autor:

A primeira versão afirma que o termo correto seria *teua*, que significa abundância quando é acrescido de qualquer palavra. A expressão correta, então, seria *Ananinteua*. A segunda versão, por sua vez, acredita que o termo *deua* teria sido acrescido do verbo *dar*, ou seja, faz referência ao surgimento de qualquer coisa, *Ananin-deu*, *Deu-ananin*, que em linguagem popular diz-se *Ananindeua*, seguido da letra A. Entretanto, o termo *deua*, segundo a terceira versão, teria sido usado de forma incorreta devido ao som semelhante das letras *T* e *D*, ocorrendo uma mudança de linguagem. Por isso, a adoção do *deua* e não *teua*, versão mais aceita atualmente. (ALMEIDA, 2010, p. 60, grifos do autor).

Conforme apresentado no Diário Oficial anteriormente mencionado, não existem documentos oficiais comprobatórios, mas Ananindeua inicialmente fazia parte do território do Município de Belém, capital do Estado do Pará e, após certo período, não informado, passou a ser reconhecido como Freguesia, em seguida, Distrito de Belém. O município foi criado pelo Decreto-lei Estadual N° 4.505, de 30 de dezembro de 1943, promulgado pelo interventor federal, na época, Magalhães Barata, sua instalação aconteceu em 03 de janeiro de 1944. A sede municipal foi reconhecida como cidade em

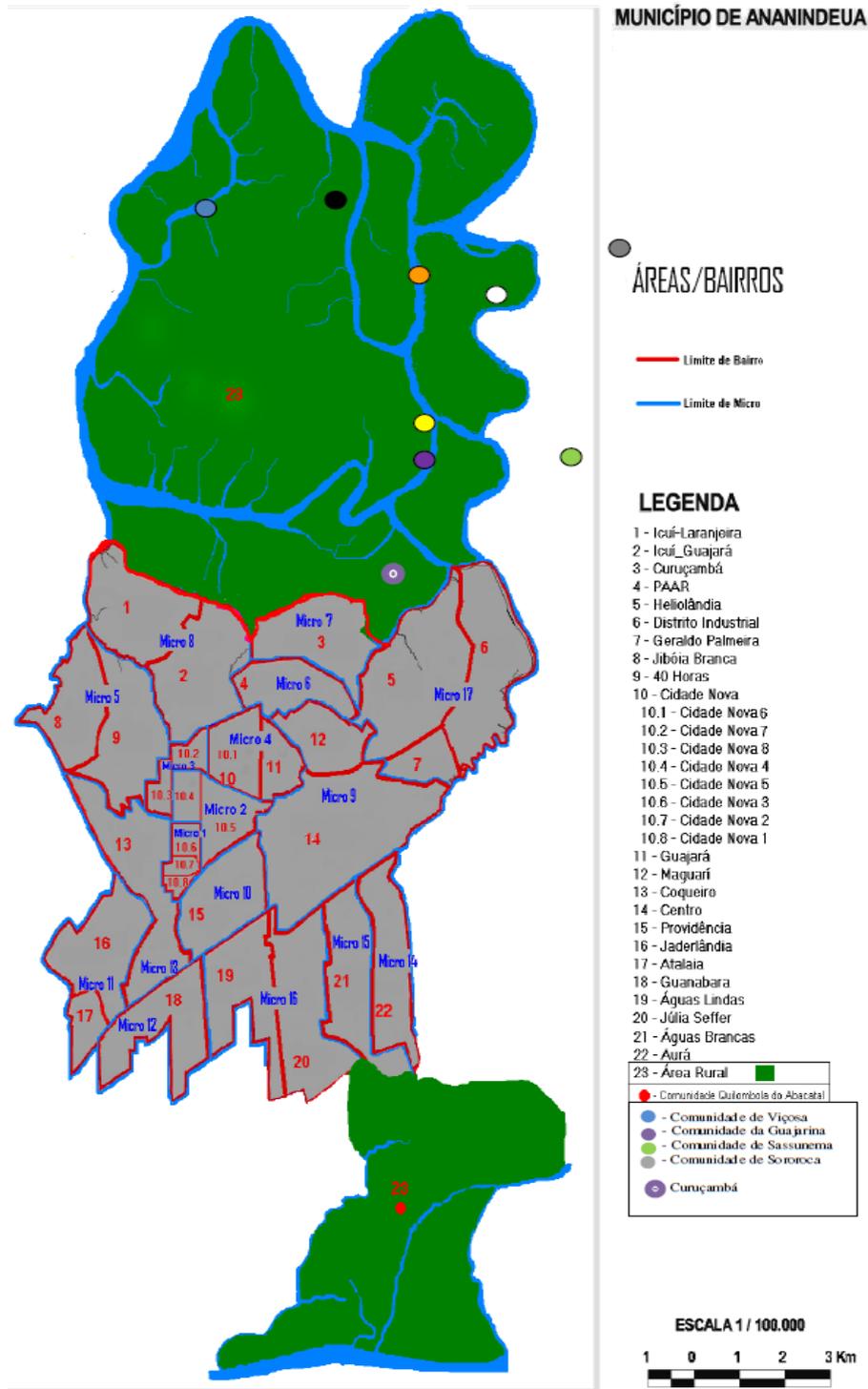


31 de dezembro de 1947, com a aprovação da Lei Nº 62, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará, em 18 de janeiro de 1948 (ANANINDEUA, 2013).

O Município de Ananindeua faz parte da Região Metropolitana de Belém e é o segundo mais populoso do Estado do Pará. “A sede do município situa-se a margem da rodovia BR 316 a 8 quilômetros de Belém, com a qual está intimamente ligada” (ANANINDEUA, 2013, p. 4).

Atualmente a população do Município de Ananindeua é composta por 471.980 habitantes, distribuídos nas áreas urbana e rural. A área urbana é dividida em 22 bairros/distritos; duas regiões compõem a área rural, a primeira, ao norte, com 5 comunidades (Viçosa, Guajarina, Sassunena, Sororoca e Curuçambá) e a segunda, ao sul, com a Comunidade Quilombola de Abacatal (ANANINDEUA, 2013), conforme o mapa a seguir.

Mapa 1 –
 Áreas do
 Município de
 Ananindeua



Fonte: Diário Oficial de Ananindeua (2013)



A Comunidade Quilombola de Abacatal

Gomes (2003) apresenta três formas de quilombamento no Brasil, no século XIX, que podem ser percebidas como: 1) os que se constituíram como comunidades independentes, desenvolvendo atividades camponesas integradas à economia local; 2) o quilombamento que se caracterizava pela reivindicação dos escravos para com seus senhores; 3) os pequenos grupos de quilombolas que praticavam assaltos às fazendas próximas.

E a Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012 traz no seu Art. 3º o que se entende por quilombos:

I - os grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica;

II - comunidades rurais e urbanas que:

a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições;

b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória.

III - comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros. (BRASIL, 2012a, p. 4)

Ambos sinalizam para as formas mais recorrentes de quilombamento no Brasil, dando ênfase à constituição histórica motivada por fugas e movimentos de resistência à escravidão. As histórias relatadas pelos moradores da Comunidade Quilombola de Abacatal apontam para uma origem atípica da comunidade, ainda no século XVIII. As narrativas apresentam o Conde Coma Melo, a Escrava Olímpia e o Caminho de Pedras como elementos principais.

O Conde seria um senhor de engenho de cana-de-açúcar e possuía terras na região de Ananindeua, que eram cercadas por rios e igarapés. Nesse período ainda não existia a Estrada do Abacatal⁶ e o transporte se realizava por vias fluviais. Para facilitar o embarque e desembarque do Conde e evitar que ele sujasse seus pés com lama, os

⁶ Principal via de acesso à comunidade, interligando-a a área urbana do Município de Ananindeua.



escravos teriam recebido a ordem de construir um caminho de pedras que ia da margem do igarapé até as proximidades de sua residência. De acordo com as narrativas dos interlocutores, esse caminho de pedras foi utilizado, em 1999, como prova de que naquela região havia existido esse Conde, bem como a presença de escravos.

Olímpia seria uma de suas escravas e teria dado a ele três filhas, Maria Felisbina Barbosa, Maria do Ó Rosa de Moraes e Maria Margarida Rodrigues da Costa (ANANINDEUA, 2013), conhecidas como “As três Marias”. Após a morte do Conde, as terras que possuía teriam sido distribuídas entre suas três filhas com Olímpia. “Seus descendentes constituíram uma comunidade tipicamente agrícola, que subsistia do extrativismo e do cultivo de mandioca.” (ANANINDEUA, 2013, p. 6).

No ano de 2010, o Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA) considerando a necessidade de preservação histórica, cultural e ambiental;

Que é indispensável o apoio técnico, material e financeiro para que essas comunidades se desenvolvam, social e economicamente, em harmonia com as suas tradições, costumes, culturas e outros valores materiais e imateriais, que cabe ao ESTADO preservar, conforme determinam os Art. 215 e 21 da Constituição federal; [...] que os remanescentes das comunidades de quilombos, cujos territórios tenham sido reconhecidos de propriedade dos mesmos, serão incluídos entre os beneficiários das ações propostas nas políticas públicas afirmativas do governo federal e estadual (PARÁ, 2010, p. 7)

Cria o Território Estadual Quilombola do Abacatal e sinaliza as informações oficiais mais recentes sobre a comunidade, cuja área é de 573,5463 (quinhentos e setenta e três hectares cinquenta e quatro ares e sessenta e três centiares), ocupada por 76 famílias, no Município de Ananindeua/Pará (PARÁ, 2010).

No decorrer da Estrada do Abacatal, pude perceber o avanço na aproximação dos bairros de Ananindeua ao quilombo com a chegada de alguns condomínios populares. Dentro da floresta cortada por essa estrada, é possível encontrar grandes áreas desmatadas que dão lugar aos canteiros de obras que preparam futuras moradias. Mais adiante o verde é quebrado com a presença de um lago de águas escuras. Avançando na estrada, a paisagem natural passa a ser dividida com pequenas casas de barro, de madeira, de alvenaria e algumas fazendas de pequeno porte.



Quem chega ao Abacatal é recebido por um letreiro afixado no portão com os seguintes escritos: “Comunidade Quilombola de Abacatal. Proibida a entrada de pessoas estranhas para: passarinha, caçar e pescar”. O controle no acesso ao quilombo e a proibição de entrada para fins de entretenimento, que refletem a preservação ambiental e cultural, são vistos com certo estranhamento por quem vem de fora e fazem os moradores serem confundidos como povos indígenas. Isso foi percebido na fala de alguns dos motoristas que realizaram meu transporte do Conj. Aurá até a comunidade, por diversas vezes ouvi termos como “aldeia”, “índios”, “ariscos” e outros semelhantes.

Os relatos da coordenação pedagógica da EMEF Manoel Gregório Rosa Filho e a interação com os alunos me fizeram perceber o encontro entre o tradicional e o moderno e analisar como se constrói o espaço compartilhado pelos elementos que guardam traços históricos e culturais característicos da comunidade e pelos que representam a geração informatizada, marcada por inovações tecnológicas.

As falas se complementam quando a Coordenadora Pedagógica da escola afirma que as transformações no ambiente, como a abertura e ampliação da estrada que dá acesso ao quilombo, proporcionaram a maior aproximação com a área urbana e que isso trouxe, além dos benefícios, os “males da cidade”, em proporção menor, mas que preocupam. Inicialmente esses “males da cidade” foram apresentados com certo receio e sem detalhes, no decorrer do estudo foram citados elementos como drogas e assaltos.

Em outro momento, durante uma conversa com as crianças, esse encontro foi percebido quando uma delas, ao falar de suas comidas favoritas, disse que “eu gosto de comer peixe com açaí, açaí com farinha ou farinha de tapioca. Tia, na minha casa faz farinha e farinha de tapioca⁷” (W. S.), mais adiante, quando o assunto eram as atividades com que ocupam o tempo em casa, surgiram as falas “tia, o meu pai cancelou a TV por assinatura da minha casa, porque eu não queria dormir cedo e ficava vendo desenho” (M. C.) e “eu finjo que dormi e quando todo mundo dorme eu vou devagarinho pra cozinha ficar jogando” (A. R.).

Alunos da mesma faixa etária, moradores da mesma comunidade que priorizam em seus relatos elementos opostos possibilitam que se aceite o fato de que é possível

⁷ Hábitos e atividades econômicas típicas do meio rural.



vivenciar conjuntos de características de diferentes períodos históricos em um único local, simultaneamente. Para as crianças, isso se apresenta como uma relação harmônica, vista com naturalidade. Para alguns adultos, principalmente os mais velhos, segundo a coordenação pedagógica, essa relação se torna conflituosa na medida em que o “velho se perde” dando lugar ao “novo”, nem sempre alcançando a todos na mesma velocidade, seja por motivos econômicos ou pessoais (valores, ideologias, religiosidade).

Essa questão de substituição de determinados elementos culturais – seja no âmbito da culinária, dos aparatos tecnológicos, da música, etc. – da comunidade por outros advindos, em geral, dos centros urbanos, reflete as tensões e relações de poder que envolvem a transitoriedade da construção cultural apresentada por Hall (2011). Segundo o autor,

Através da transculturação “grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir dos materiais a eles transmitidos pela cultura metropolitana dominante”. É um processo da “zona de contato”, um termo que invoca “a copresença espacial e temporal dos sujeitos anteriormente isolados por disjunções geográficas e históricas (...) cujas trajetórias agora se cruzam” (p. 31).

O contexto analisado por Hall (2011) foi a constituição cultural caribenha a partir da diáspora africana, porém se assemelha à realidade percebida na Comunidade do Abacatal, que possui uma cultura que vem sendo formada de maneira conflituosa, sobretudo no que diz respeito ao caráter híbrido – que surge através de uma das características mais particulares dessa comunidade, que é a significativa proximidade (não apenas geográfica, mas econômica, social, cultural) com sociedades urbanas e as relações estabelecidas com elas.

Tanto para o contexto educacional quanto para o comunitário, duas datas são significativas. A primeira é o dia 13 de maio, quando se comemora o Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo expedido em 1999 pelo ITERPA, que assegura o direito ao território, fruto de lutas travadas pelos moradores.

Segundo a Prof.^a Ângela (Educação Infantil e 3º ano) o elemento fundamental para essa conquista foi o Caminho das Pedras, patrimônio histórico e cultural de



Abacatal. Seu relato foi marcado pela emoção ao trazer à memória o sofrimento do seu povo e o encanto presente neste, que foi a comprovação da forma de conquista do território em que vivem.

A segunda data que mobiliza a comunidade é o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. A escola e a associação dos moradores promovem eventos e projetos que objetivam o resgate à raízes culturais. Dentre as atividades estão inclusos

momentos para contar a história da comunidade, a participação de grupos musicais afro, palestras promovidas por professores e pesquisadores que desenvolvem seus trabalhos no quilombo e por representantes do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) e do Movimento Negro.

Nos dois últimos dias na comunidade, visitei o centro de cultura, onde um grupo de mulheres artesãs, denominado “Arte Negra”, fabrica bonecas, guirlandas, pratos e garrafas decorativas e licor de frutas cultivadas na própria comunidade. Os produtos são comercializados entre os moradores do Abacatal e conhecidos de bairros vizinhos. Foi relatado o interesse em disponibilizá-los nas feiras de Ananindeua.

No período desta investigação, o grupo informou que foi convidado por uma professora que realiza pesquisa na comunidade a expor seu material em um evento realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA), o convite foi aceito para que o trabalho das artesãs e a produção cultural abacataense pudessem ser divulgados em outros ambientes, neste caso, o acadêmico. A produção artesanal do grupo “Arte Negra” é representada na foto a seguir.

Foto 1 – Garrafas de licor decorativas produzidas artesanalmente pelo grupo de mulheres “Arte Negra” (OLIVEIRA, 2013)



A EMEF Manoel Gregório Rosa Filho

Não foram encontrados documentos que relatassem o histórico da escola com datas de criação, de reformas, quem foram gestores anteriores e por quanto tempo atuaram. Tomei como base os relatos da Prof^a Ana Alice e da coordenadora pedagógica, Prof.^a Luciana Silva, que informou algumas características da escola no período em que seu pai, Sr. Ivaldo, foi o responsável.

Durante muitos anos, a Escola do Abacatal vivenciou a realidade semelhante a de diversas escolas do campo na Amazônia, como apresenta Hage (2005). Com olhar voltado às classes multisseriadas, o autor discute acerca de algumas características que compõem um “padrão” das escolas rurais no Pará, dentre essas características estão a precariedade das instalações físicas; o baixo investimento financeiro; a falta de profissionais qualificados, que faz com que um único professor seja responsável por



toda a demanda de alunos, geralmente em diferentes níveis de ensino e idade, e, em alguns casos, assumindo outras funções na escola.

Antes de funcionar no prédio atual, outras instalações de barro, de madeira e alvenaria, respectivamente, ofereceram espaço para a socialização de conhecimentos escolares na comunidade. Entre as décadas de 1980 e 1990 o prof. Ivaldo exerceu todas as funções exigidas pela escola, foi gestor, cuidou da limpeza e do lanche, e dava aulas para uma única turma multisseriada que atendia alunos da 1ª a 4ª série. Após certo período, a Prefeitura Municipal de Ananindeua construiu um novo prédio com duas salas de aula e um espaço ocupado simultaneamente pela cozinha e secretaria e enviou duas professoras (não pertencentes à comunidade), que permaneceram por um curto período, pois suas faltas eram constantes – justificadas pela dificuldade no acesso, falta de transporte, dentre outros fatores. Esta foi a última alteração antes de se encontrar no estado atual.

Em 2011, a Lei Ordinária Nº 2.490, de 11 de Fevereiro, sancionada pelo Prefeito Municipal de Ananindeua, alterou a denominação EMEF do Abacatal, nome pelo qual a escola era conhecida desde sua fundação, para EMEF Manoel Gregório Rosa Filho (ANANINDEUA, 2011). A lei não divulga as motivações que levaram a essa alteração, porém, foi constatado durante a pesquisa de campo que representantes da comunidade e da escola, até então EMEF do Abacatal, reuniram-se e solicitaram junto à Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua a homenagem a Manoel Gregório, filho de Maria do Ó Rosa e neto da escrava Olímpia, por meio da alteração da denominação da escola, que hoje recebe seu nome.

Manoel Gregório, segundo os relatos da Prof.^a Ana Alice, foi um dos primeiros líderes comunitários do Abacatal e esteve a frente de lutas pela posse da terra e pela construção de uma escola para a comunidade, pois a educação era realizada em casas ou em barracões. Sua bisneta, Maria Onélia Barbosa, foi gestora da escola por mais de 20 anos, deixando o cargo no final de 2012.

Situada na Comunidade Quilombola de Abacatal, município de Ananindeua-PA, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Gregório Rosa Filho, durante a pesquisa, atendia a 56 crianças da comunidade, da Educação Infantil ao 5º ano/9,



divididas em 5 turmas, nos turnos manhã (3) e tarde (2). Cercada por árvores, a escola foi construída em um espaço que possibilita o contato com elementos da natureza e possui um laboratório de informática – não utilizado durante o período da pesquisa por motivos técnicos –, uma sala para a secretaria, uma para a diretoria, sala dos professores (também utilizada pela coordenação pedagógica), copa/cozinha, refeitório, depósito, 2 banheiros, sendo um masculino e um feminino, 4 salas de aula, das quais apenas 3 são utilizados para fins pedagógicos, uma permanece fechada guardando livros. Uma visão geral da escola é representada por meio da figura 1.

Figura 1 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Gregório Rosa Filho



Fonte: Diário Oficial do Município de Ananindeua (ANANINDEUA, 2013)

O corpo técnico-pedagógico da escola, durante o período da pesquisa de campo, era composto pela diretora, Prof.^a Elisângela Seabra; coordenadora pedagógica, Prof.^a Luciana Silva, cujas atribuições estavam relacionadas ao acompanhamento do planejamento proposto pelas professoras e elaboração de projetos pedagógicos, juntamente ao corpo docente. Três professoras contribuíam para a promoção de



conhecimento neste ambiente escolar, dessas, apenas uma atuava somente durante o período da manhã, as demais eram responsáveis por turmas nos dois turnos.

É interessante ressaltar que a grande maioria dos funcionários são moradores do quilombo por um motivo principal, a facilidade de acesso à escola. Tentativas de envio de professores de fora da comunidade foram malsucedidas, geralmente causadas pela falta de transporte adequado, alguns chegavam de bicicleta ou a pé. Por esse motivo as faltas durante a semana eram corriqueiras, essa situação levou os representantes comunitários a reivindicarem junto à prefeitura a contratação de professores residentes no próprio quilombo.

Durante a manhã, a escola funcionava com 3 turmas, sendo uma multisseriada de educação infantil (Jardim I e II) com 09 alunos, uma de 1º ano com 09 alunos e uma de 2º ano com 09 alunos. Pela tarde, recebia os alunos da turma do 3º ano (12 alunos) e da turma multisseriada (4º e 5º anos) com 17 alunos, totalizando 56 estudantes. A quantidade de alunos matriculados se explica pela demanda da comunidade, que não possuía crianças em idade escolar suficientes para o preenchimento de todas as vagas disponíveis na escola e não aceitava alunos de fora da comunidade.

Ao concluírem as séries ofertadas na escola da comunidade, os alunos que dão continuidade aos seus estudos são encaminhados às escolas de bairros vizinhos, com destaque ao Conj. Júlia Seffer, no Bairro Águas Lindas. Nos anos anteriores era comum que esses alunos buscassem familiares que residiam fora do quilombo para morar temporariamente, a fim de possibilitar a conclusão do Ensino Fundamental e Médio. No ano de 2013, a Prefeitura Municipal de Ananindeua disponibilizou um ônibus para o transporte escolar dos alunos quilombolas, que atualmente realiza o deslocamento desses estudantes nos turnos da manhã, tarde e noite.

O primeiro contato com as crianças da escola se efetivou no dia 01/11/2013 (sexta-feira) pela manhã, na turma de 2º ano, no momento em que a Prof.^a Ana Alice ministrava sua aula de matemática. O conteúdo trabalhado na ocasião era o tempo – horas e meses, especificamente. Dentre as atividades propostas estava a confecção de um relógio em papel cartão, que foi utilizado para marcar horários previamente estabelecidos em uma folha de tarefas distribuída aos alunos. O grupo foi questionado



com relação aos horários que normalmente executam suas atividades cotidianas, como entrada e saída da escola, recreio. A forma de responder solicitada pela professora foi realizar a marcação das horas no relógio anteriormente confeccionado.

Minha interação com os alunos se estabeleceu de forma natural, com sorrisos afetuosos e olhares curiosos fui recebida na sala. Após alguns momentos de observação da rotina e da exposição da aula socializada pela professora, solicitei espaço para auxiliar na realização das atividades e aproximar-me das crianças individualmente, como também para buscar o esclarecimento de algumas dúvidas junto à docente. A receptividade e a confiança foram quase que instantâneas, aos poucos, um a um foi sentindo-se a vontade para buscar em mim, apoio pedagógico para aquele momento.

Dentre o que pode ser observado, uma das características que chamou atenção foi a presença do “Cantinho da Leitura” nas salas. Confeccionados em formato de varal, eram geralmente acompanhados por um letreiro identificando o espaço, com diversos livros da literatura infantil que ficam disponíveis ao alcance de todos. Esta iniciativa é estimulada e viabilizada pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), do qual a escola faz parte.

Proposto pelo Ministério de Educação (MEC), o PNAIC é um compromisso assumido pelas três esferas de administração pública para a alfabetização de todas as crianças até os 8 anos de idade. São fornecidos aos professores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, cursos de formação continuada, objetivando a capacitação desses profissionais para atuar no letramento de seus alunos. Recebe destaque nesse programa a alfabetização em língua portuguesa e matemática, cujos desempenhos são avaliados pelos professores de maneira permanente e formativa durante todo o período letivo, pela Provinha Brasil no início e término do 2º ano e, por fim, ao concluir o 3º ano do fundamental, os alunos matriculados nas escolas inseridas no PNAIC fazem uma prova universal aplicada pelo INEP com caráter diagnóstico (BRASIL, 2012b).

No que diz respeito à interação família-escola, até certo ponto, segundo a Prof^a Ana Alice, é “normal, igual lá fora, os mesmos problemas que tem lá, tem aqui também”, o diferencial que pode ser percebido se dá pelo fato da docente ter liberdade para visitar a residência de seus alunos quando estes faltam às aulas, para verificar o



motivo da ausência. Como ela afirma, isso é possibilitado, também, pelos laços de parentesco existentes entre a professora e os alunos, “inclusive tem uns 3 aqui que são meus primos”, concluiu.

Considerações Finais

Ao resgatar a história da EMEF Manoel Gregório Rosa Filho, foi possível identificar diversas características que a tornam semelhantes a muitas escolas do campo que vem sendo apresentadas em inúmeros trabalhos acadêmicos. Apesar de ter suas particularidades, em seu passado e presente, não foge a realidade educacional do campo no Estado do Pará.

Com o estudo, pode-se perceber o conflito cultural existente na comunidade e na escola, onde as práticas culturais consideradas “tradicionais” e as “modernas” são apresentadas contraditoriamente nas falas dos sujeitos acerca da história da escola e da comunidade. Esta contradição se encontra no momento que, os elementos “puros”, “tradicionais”, “originais” e tipicamente rurais da cultura abacataense são defendidos no campo do discurso, quando se lamenta a perda de costumes antigos, mas não se abre mão do novo aparato tecnológico e “moderno” que lhe é oferecido diariamente; quando se questiona a abertura da estrada (e dos supostos males que ela traz consigo), mas se reconhece e desfruta-se dos benefícios e facilidades que ela proporciona.

A história da EMEF Manoel Gregório Rosa Filho mostra que a escola, tanto no passado como no presente, tem sido um instrumento de defesa e preservação cultural, o que não significa que ela aliena seus estudantes, restringindo-os unicamente ao seu modo de vida, mas os incentiva a valorizar sua cultura, respeitando a individualidade de cada um e prezando pela vida coletiva. É um local de resistência étnica, cultural e social, que motiva seus estudantes a desenvolverem a consciência de seus direitos e defenderem suas origens, sem envergonharem-se delas.



Referências

ALMEIDA, Fernando Octavio Barbosa de. Do Município de Ananindeua. In: **Alfabetização de Jovens e Adultos: saberes docentes em uma escola municipal de Ananindeua**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2010.

ANANINDEUA. Câmara Municipal de Ananindeua. **Lei Ordinária nº 2.490, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011**. Ananindeua, 2011. Disponível em: <http://www.ananindeua.pa.gov.br/public/arquivos/legislacao/LEI_ORDINARIA_No_2_249_DE_11_DE_FEVEREIRO_DE_2011.pdf> Acesso em: 26/09/2013 às 16:32h.

_____. Prefeitura Municipal de Ananindeua. **Diário Oficial do Município de Ananindeua**, nº 1624. Ananindeua, 30 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.ananindeua.pa.gov.br/diario/public/diariopdf/2013_DIARIO_JANEIRO,_30.pdf> Acesso em: 25/09/2013 às 13:50h.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB 8/2012**. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de novembro de 2012a, Seção 1, p. 26. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>> Acesso em: 29/08/2013 às 23:00h.

_____. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília: MEC, 2012b. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto_livreto.pdf> Acesso em: 05/11/2013, às 01:23h.

GOMES, Flávio dos Santos. Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: **História da Cidadania**. PINSKY, Carla Bassanezi e PINSKY, Jaime (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2003, p. 447-467.

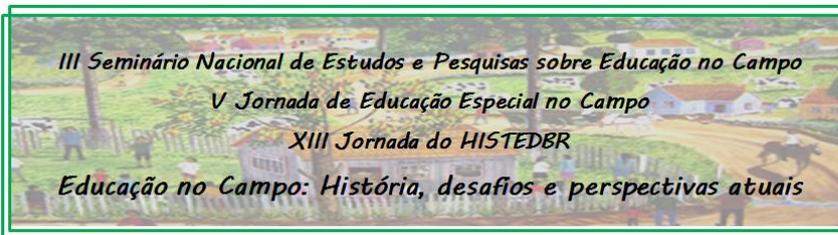
GONÇALVES, Luiz A. Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane. M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 325-346.

HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutenberg Ltda, 2005. Disponível em: <http://educampoparaense.org/site/media/biblioteca/pdf/Livro_Geperuaz.pdf> Acesso em: 31/01/2013 às 17:08h.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. A história (oral) da educação: algumas reflexões. In: **Em aberto**, vol. 9, nº 47 (1990). p. 21-28.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



PARÁ. Imprensa Oficial do Estado do Pará. Executivo 2. In: **Diário Oficial do Estado do Pará**, nº 31.808. Belém, sexta-feira 10 de dezembro de 2010. Disponível: <<http://www.ioe.pa.gov.br/diarios/2010/12/10.12.caderno.02.pdf>> Acesso em 10/11/2013 às 18:58h.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2007, vol.22, n.63, pp. 153-155. ISSN 0102-6909. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000100012&script=sci_arttext> Acesso em: 10/08/2013 às 17:21h.